

PROCURADOR LEGISLATIVO

ESPELHO DE CORREÇÃO DA PEÇA PROFISSIONAL

PEÇA CABÍVEL → 1) Embargos à Execução
2) Procedimentos – Art. 914, art. 917, inciso III e art. 919, todos do CPC;

COMPETÊNCIA → Vara da Fazenda Pública da Comarca de ...

ENDEREÇAMENTO → Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da ____ Vara da Fazenda Pública da Comarca de.../...

PRELIMINAR → 1) Prescrição quinquenal - artigo 1º do Decreto Lei nº 20.910, de 6 de janeiro de 1932.

DOS FATOS → Argumentar de forma coerente os fatos apresentados no problema.

DO DIREITO → 1) Fundamentação jurídica com base no artigo 917, inciso III do CPC, com legislação e jurisprudência;

DOS PEDIDOS → **Requerer** : a) Intimação do Embargado, na pessoa de seu Advogado, para que, querendo, apresente impugnação no prazo legal; b) o ACOLHIMENTO DA PRELIMINAR com a extinção imediata da execução, c) sejam julgados PROCEDENTES os embargos e decretar a nulidade da execução e condenar o embargado ao pagamento das custas e honorários de advogado; d) Protesta pela produção de todos os meios de prova em direito permitidos e, em especial, pela realização de perícia contábil.

DO VALOR DA CAUSA → Dá-se a causa o valor de R\$....

PROCURADOR LEGISLATIVO

ESTRUTURA DA PEÇA PROFISSIONAL

1. Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da _____ Vara da Fazenda Pública da Comarca de.../...
- 2.
3. *Câmara Municipal de _____, (qualificação completa), por seu procurador infra-assinado,*
4. *nos autos da execução que lhe move “seu sonho é o nosso sonho” à vista do contido na inicial, vem,*
5. *respeitosamente, à presença de V. Exa. com fulcro no art. 914, art. 917, inciso III, art. 919, todos do*
6. *CPC opor **EMBARGOS À EXECUÇÃO C/C PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO**, consoante razões*
7. *de fato e de direito a seguir aduzidas:*
- 8.
9. **PRELIMINARMENTE:**
10. A presente execução está fulminada pela prescrição quinquenal, conforme artigo 1º do Decreto Lei nº
11. 20.910, de 6 de janeiro de 1932, haja vista a cobrança ser de título vencido em 28/07/2014 e a execução
12. distribuída em 01/08/2019. *(Citar jurisprudência)*. Pelo exposto, por se tratar de matéria de ordem pública,
13. imprescindível o reconhecimento da prescrição.
- 14.
15. **FATOS: Narrado conforme o problema**
- 16.
17. **DIREITO**
18. Superadas as preliminares arguidas, *ad argumentandum*, tem-se que no mérito melhor sorte não guarda ao
19. embargado, pois conforme se verifica da memória de cálculo apresentada há um excesso de execução.
20. Conforme memória que acompanha essa peça processual, o valor da execução é de R\$.... Portanto,
21. conforme nossa legislação pátria e o entendimento dos nossos tribunais: *(Citar legislação e jurisprudência.)*
- 22.
23. **DOS PEDIDOS**
24. Isto posto, requer: a) a intimação do Embargado, na pessoa de seu Advogado, para que, querendo apresente
25. impugnação no prazo legal; b) o ACOLHIMENTO DA PRELIMINAR com a extinção imediata da execução, c)
26. sejam julgados PROCEDENTES os embargos e decretar a nulidade da execução e condenar o embargado
27. ao pagamento das custas e honorários de advogado; d) Protesta pela produção de todos os meios de prova
28. em direito permitidos e, em especial, pela realização de perícia contábil.
- 29.
30. Dá-se a causa o valor de R\$.....
- 31.
32. Nestes Termos, Pede e Espera Deferimento.
- 33.
34. Local, Data.
- 35.
36. Procurador:
37. OAB/(ESTADO) _____